Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)

CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS
GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAIS
Ata da 5ª Reunião Extraordinária - 28/10/2020 – 9 às 11 h
Reunião por videoconferência

Membros presentes	
Entidade	**Representante**
CDRS	Henrique Bellinaso (T) Denis Herisson da Silva (S)
CONIRP	Roberto Polga
Cooperativas de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel
DAAE Rio Claro	Miguel M Milinski
DAE Jundiaí	Maria Carolina Hertel Dutra e Simões
Fundação Florestal	Luiz Sertório Teixeira
INEVAT	Claudia Grabher
IZ/APTA/SAA	João José A A Demarchi (T) Simone R. Oliveira (S)
Jaguatibaia	Luiza Ishikawa Ferreira
P.M. de Charqueada	Marcelo Eric A Santos
P.M. de Limeira	Meire Menezes Bassan (T)
P.M. de Rio Claro	Miguel M Milinski
SAA	Henrique Bellinaso (T) Denis Herisson da Silva (S)
SAA – Nova Odessa	André Luiz Xavier M Barreto
SANASA/CT-EA	Ana Lucia F R Vieira
SIMA/CFB	Jeanne Marie G L Bourlegat (T)
SIMBiOSE	José Guedes Fernandes Neto (T)
SR Limeira	Nilton Piccin
UNESP/IGCE	Gilda Carneiro Ferreira

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

Membros com Justificativa	
Entidade	**Representante**
Associação Vale Verde	João Primo Baraldi
SR Campinas	
SR Rio Claro	
SR Salto	

Membros Ausentes
COOTA
Consórcio PCJ
P.M. de Salto

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

Convidados/Inscritos	
Entidade	**Representante**
Agência PCJ	Bruna Juliani Bruno Aranda Fabio Coca Felipe Requena Ivan Gerdzijauskas Leonardo Baumgratz Marcos Eduardo Cazzonatto Marina Peres Barbosa Mateus Ismael Rebeca Cristine Ferreira da Silva Sergio Razera Tiago Georgette
DAE S/A Jundiaí	Nathalia Alves
IPÊ	Andrea Pupo Bartazini
SE/PCJ – SIMA/SP	André Luiz Navarro
SYNERGIA	Rinaldo Calheiros

1. Pauta: A pauta, a convocação da reunião e os documentos anexos necessários foram enviados antecipadamente por mensagem eletrônica no dia 21/10/20 para apreciação e sugestões de todos os membros; **2. Abertura da 5ª Reunião Conjunta da CT-RN e CT-Rural e da 5ª Reunião Extraordinária do GT-Mananciais (item 1 da pauta):** o Sr. Henrique Bellinaso representante da Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável – CDRS e coordenador do GT-Mananciais fez a abertura da reunião, agradecendo a presença de todos. Em seguida, o Sr. Nilton Piccin, representante do Sindicato Rural de Limeira e coordenador adjunto da Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural) cumprimentou a todos, desejando uma ótima reunião. Na sequência, passou a palavra para o Sr. João Demarchi representante do Instituto de Zootecnia e Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios - IZ/APTA e coordenador da Câmara Técnica de Conservação e Proteção de Recursos Naturais (CT-RN), que agradeceu a presença de todos dando sequência à reunião. **3. 3º Edital da Política de Mananciais – Programas I e II (item 2 da pauta):** Na sequência, o Sr. Demarchi iniciou relatando sobre o momento financeiro que a Agência das Bacias PCJ tem passado com a queda na arrecadação (cobrança pelo uso da água) em reflexo do impacto da pandemia de COVID-19 nos níveis institucionais e financeiros no país e com o pagamento em juízo da cobrança federal realizado pela SABESP que provocou uma indisponibilidade de parte considerável dos recursos da cobrança federal pelo uso dos recursos hídricos. Essas questões fizeram com que fosse buscada outras fontes para financiamento dos projetos da Política de Recuperação, Conservação e Proteção de Mananciais dos Comitês PCJ – Política de Mananciais PCJ em 2021. Na sequência, o Sr. Demarchi convidou o Sr. Sergio Razera, diretor presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ, para explanar mais a respeito. O Sr. Sergio agradeceu pela oportunidade e fez um

relato de todo o processo que gerou estas alterações. Começou ressaltando que a Política de Mananciais está entre os mais importantes programas conduzidos pelos Comitês das Bacias PCJ na atualidade. Começou explicando que 2020 foi um ano complicado, fruto de todas as ações decorrentes da pandemia de COVID-19. Havia um grande temor de que a cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio federal em 2020 não fosse realizada conforme solicitação da Conferência Nacional da Indústria (CNI) junto ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH). Isso fez com que a Agência PCJ temesse pela ausência de recursos a serem aplicados em 2021. Isto acabou não sendo aprovado, sendo que o CNRH acompanhou os Conselhos de Recursos Hídricos estaduais e apenas prorrogou a cobrança para o segundo semestre de 2020. Passado este desafio, outro se realizou que foi a questão do pagamento pelo uso de recursos hídricos de domínio da União pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP). Há controvérsias quanto ao método de cálculo e como houve a judicialização do processo, a SABESP está pagando em juízo o recurso, que está na ordem de **R$11 milhões por ano**, sendo que R$8 milhões não estão em discussão e a Agência PCJ solicitou a liberação desta parte incontroversa, mas que infelizmente ainda não há nenhuma decisão até o momento. Assim, este recurso não é de curto prazo e mesmo após a liberação, há todo o trâmite do recurso no Orçamento do Governo Federal até a liberação para execução pela Agência PCJ. E outro ponto a ser destacado é a realização do novo Contrato de Gestão onde a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) delega atividades de Agência de Água para a Agência PCJ e que deve ser aprovado até o final de 2020. E com este contrato assinado, a Agência PCJ pode acordar com a ANA o Plano de Aplicação Plurianual 2021-2025 (PAP) que é o instrumento jurídico financeiro que permite a execução dos trabalhos financiados com recursos da cobrança federal. Ao mesmo tempo, está em discussão o Plano de Aplicação e Plano de Investimento 2020-2023 (PA/PI) que é o instrumento que define a aplicação dos recursos da cobrança estadual paulista. Tudo isto foi realizado em consonância com o Plano de Bacias PCJ recentemente aprovado (2020/2035). Todas as ações de saneamento eram financiadas pelos recursos da cobrança paulista, mas a partir de 2021, não há recurso da cobrança paulista para saneamento básico, e sim para as áreas como proteção de mananciais, educação ambiental e gerenciamento de recursos hídricos. Assim, recursos para financiamento de saneamento será apenas realizado após a recomposição do valor da cobrança. Com isso, a Agência PCJ está analisando a possibilidade de financiamento dos projetos de proteção aos mananciais com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), que possui algumas restrições e não é tão simples de operacionalizar projetos para serem financiados com esses recursos, mas é a possibilidade que existe atualmente. Os recursos ainda existentes da cobrança federal não poderão ser utilizados, pois como o valor está baixo, os saldos e projetos contínuos já estão consumindo todo o recurso, e estes projetos contínuos não podem ser transferidos para a cobrança estadual por diferenças nas regras de financiamentos. Ressaltou a importância dos programas de proteção aos mananciais e que eles têm papel importante na geração de parcerias nos territórios das Bacias PCJ como os Projetos Integrais da Propriedade (PIP) realizados com a SOS Mata Atlântica e no momento a parceria que está sendo negociada com a Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A. que poderá adotar e manter a restauração de várias áreas florestais. O adiamento do edital foi pedido para poder ter tempo da aprovação do PAP e do PA/PI e poder lançar o edital no tempo correto. O Sr. Sergio explicou que havendo recurso da cobrança federal, mais projetos de proteção aos mananciais poderão ser financiados. Com as aprovações, o edital poderá ser lançado. No primeiro edital, do Programa I da Política de Mananciais (Recuperação, Conservação e Proteção Ambiental em Áreas de Interesse), os municípios poderiam candidatar-se para receber o projeto e ter suas propriedades aprovadas e serem elencadas para execução pela Agência PCJ ou entidade parceira. E no segundo momento, poderia ser lançado o edital para o Programa II (Pagamento por Serviços Ambientais) para financiar a restauração. Assim, com todas as exposições elencadas, o Sr. Sergio solicitou aos membros que aprovassem a retirada e postergação para 2021 do Edital da Política de Mananciais. Na sequência, o Sr. Demarchi convidou o Sr. André Navarro, Secretário-executivo Adjunto do CBH-PCJ e coordenador da Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB) para complementar a solicitação. O Sr. André agradeceu a oportunidade e explicou que com a indicação do FEHIDRO como fonte de financiamento, mais complexidade se inclui pelas diversidades de critérios que o fundo coloca para financiar projetos. Explicou que por isso, a divisão de um edital para o Programa I e um edital para o Programa II poderá facilitar a implementação dos mesmos. Explicou que há também diferenças nas formas de aplicação dos recursos para que a efetividade do projeto possa ser alcançada. Informou também que esses pontos estão sendo discutidos no GT-Critérios da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL). Na sequência, o Sr. Demarchi abriu

para os questionamentos dos membros presentes. A Sra. Claudia Grabher representante do Instituto Estudos Vale do Tietê (INEVAT) questionou se há recursos disponíveis para saneamento da cobrança federal pelo uso dos recursos hídricos e se há programas de financiamentos abertos do Governo Federal. O Sr. Sergio respondeu que não há recursos disponíveis da cobrança federal por conta do não recebimento dos recursos previstos da cobrança paga pela SABESP e que desconhece algum programa de financiamento aberto pelo Governo Federal. Na sequência, o Sr. Roberto Polga, representante do Consórcio Intermunicipal do Ribeirão Piraí (CONIRPI) perguntou se os recursos da cobrança estadual estavam sendo usados, e se não, se está disponível. O Sr. André Navarro explicou que o recurso não havia sido usado para proteção de mananciais, mas todos os recursos anteriores foram usados para a área de saneamento. O Sr. Sergio reforçou que os editais poderão ter como fontes de financiamento tanto o PAP como o PA/PI. Na sequência, o Sr. Demarchi reforçou a importância da mobilização de todos os atores neste processo, que demanda envolvimento de prefeituras, ONGs e a sociedade civil organizada e que atenda as demandas estabelecidas no novo Plano de Bacias PCJ. Reforçou que há a necessidade de se compreender o atraso no processo por conta das mudanças de organização com o PA/PI e as questões socioeconômicas causadas pela pandemia. O Sr. Sergio reforçou que o novo Plano de Bacias trouxe uma evolução com o fim dos projetos por demanda espontânea passando para os projetos por demanda prioritária, onde os municípios com maior prioridade terão os projetos financiados, aumentando a efetividade da aplicação do recurso existente. Na sequência, o Sr. Luiz Sertório representante Fundação Florestal, reforçou sobre o cuidado de se pensar em fragmentar o edital por Programas, pois pode trazer maiores dificuldades para os tomadores do recurso. Propôs para todos pensarem também na divisão quanto a buscas de financiamentos para ações de conservação de solos e saneamento rural. A Sra. Marina Barbosa, assessora da Assessoria Ambiental da Agência PCJ, explicou que os projetos aprovados nos editais anteriores já estão contratados, em processo de licitação e execução. Na sequência, o Sr. Miguel Milinski representante do Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Rio Claro (DAAE Rio Claro) e da Prefeitura Municipal de Rio Claro informou que estava de acordo com a divisão dos editais por programas e que se preocupa com a diminuição do investimento de recursos para saneamento. O Sr. Sergio reforçou que os recursos da cobrança federal podem ser usados na área de saneamento, mas é insuficiente, tendo a necessidade de se buscar em outras fontes de recursos, inclusive com fontes reembolsáveis. O Sr. Petrus Weel representante das Cooperativas de Holambra, ressaltou a importância de realizar investimentos em conservação de solos e também na realização de contatos com as prefeituras que estão priorizadas na proteção dos mananciais para incentivá-los a se candidatar para tomar os recursos e investi-las na proteção dos mananciais. O Sr. Sergio reforçou que a priorização de onde investir os recursos de proteção, seja na elaboração de PIPs, ações de reflorestamentos ou conservação de solo é atribuição deste GT, sendo que após a aprovação de mudanças de prioridades, ela segue as instâncias normais dos Comitês PCJ. Após as considerações, o Sr. Henrique Bellinaso, com anuência da coordenação da CT-Rural e CT-RN, colocou em votação a retirada do edital e a sua postergação para 2021 com adaptações à nova realidade de fontes de financiamentos. A proposta foi aprovada pela maioria tendo apenas o voto contrário da P.M. de Hortolândia/SP; **4. Encerramento (item 3 da pauta):** Não havendo mais itens a deliberar, o Sr. João Demarchi (IZ/APTA) agradeceu a presença de todos, encerrando a reunião às 11 h, desejando a todos um bom dia.

_____

Henrique Bellinaso
Coordenador do GT-Mananciais - CT-RN

_____

Meire Bassan
Coordenadora-adjunta do GT-Mananciais – CT-Rural

_____

João José Assumpção de Abreu Demarchi
Secretário GT-Mananciais - CT-RN